



TEMPOS SOMBRIOS

REFLEXÕES SOBRE
A PANDEMIA

ORGANIZAÇÃO
RAFAEL GODOI
EUGÊNIA MOTTA
FÁBIO MALLART

NECVU

NÚCLEO DE ESTUDOS DA CIDADANIA,
CONFLITO E VIOLÊNCIA URBANA



Rafael Godoi, Eugênia Motta e Fábio Mallart, 2021
© Editora Funilária, 2022.

Revisão: Samantha Sales Dias
Diagramação: Bianca Battesini
Capa: Dinelli

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.



O conteúdo deste livro está sob a Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-Compartilha Igual 4.0 Brasil.

Esta publicação foi realizada com o apoio do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)



Amanda De Castro Spadotto
Caio Valiengo
Marília Jahnel
Renata Del Vecchio

editorafunilaria.com.br
@editorafunilaria

**Covid para bater boca: O
moralismo ostentatório na
'disputa de marra' entre
presidente e governadores
sobre o enfrentamento da
pandemia**

Alexandre Werneck



ENTRE OS CAPÍTULOS MAIS FOLCLÓRICOS DA CURIOSA (PARA dizer o mínimo) gestão da política de saúde relativa à pandemia de Covid-19 no Brasil, muito provavelmente os registros históricos olharão atentamente para a rusga entre o presidente Jair Bolsonaro e governadores de estados do país, a respeito de vários tópicos, notadamente a questão de uma possível vacinação em massa. Para qualquer analista político bem informado, o bate-boca representa mais um componente de uma disputa envolvendo prováveis personagens das próximas eleições presidenciais, especialmente o próprio Bolsonaro (sem partido) e o governador de São Paulo, João Doria Júnior (PSDB), mas também outros governantes, como Flávio Dino (PCdoB), do Maranhão, e Wilson Witzel (PSC), do Rio de Janeiro (este, destituído de seu cargo no meio dessa história por conta de um processo de impeachment). Mas o ponto que quero destacar desse caso é menos sua motivação e mais sua, digamos, metodologia. Pois essa troca de farpas entre esses políticos me parece um exemplar paradigmático de um tipo comportamental que tenho chamado de *moralismo ostentatório* e é isso que quero explorar neste texto.

129

Quando falo de moralismo ostentatório, refiro-me a uma modalidade de posicionamento moral em que se aliam dois eixos: a) uma *simplificação da complexidade moral do mundo* em favor de uma moralidade única e em detrimen-

to de um universo moral plural, de múltiplos mundos; b) uma *performance* dessa opção como única e inegociável, nos marcos de uma *ostentação da intransigência desse posicionamento*. No caso da pandemia, isso se deu por meio de uma série daquilo que chamei em outro trabalho (WERNECK, 2015) de *disputas de marra*, nas quais “se recusa de forma competitiva a posição moral superior produzida pela crítica [*jocosa*], atacando-se jocosamente o crítico com outra crítica — (...) iniciando-se uma disputa” (p. 190). O elemento de jocosidade aqui está, como mostrei em ainda outro trabalho (Idem, 2019), associado menos a se fazer rir e mais a uma *grandeza inspirada* (BOLTANSKI e THÉVENOT, 2020[1991]) em sentido amplo: trata-se de mostrar a presença da *graça* em uma crítica, isto é, de tratar a crítica como “tirada”, como a fala mais esperta — no jargão das redes sociais, a que mais “causou” ou “lacrou”. Nessa troca de farpas, a disputa se desloca para um plano estético que serve de metonímia para o plano da moralidade: torna-se um conjunto de demonstrações de *força*³⁵ em uma modalidade

35. Em trabalho recentemente publicado, eu, Teixeira e Talone (2020) propomos analisar a ideia de violência por meio de um estudo de como os atores sociais qualificam ou não certas situações como violentas e o que isso quer dizer segundo diferentes visões de mundo, que pressupõem diferentes formas de entender o significado de “violência”. Como ponto de partida, observamos que as situações caracterizáveis como violentas, isto é, passíveis de ser *violentizadas*, são aquelas em que comparece uma diferença notável entre forças. Como a força é invisível e dela podemos notar apenas os efeitos, há todo um contínuo em que essa diferença simplesmente se imiscui na rotina. Isso perdura até que os atores notam a diferença e se põem a qualificá-la (como violência ou não).

*verbal*³⁶, em busca de um rebaixamento moral do outro experimentado como desagenciamento de sua grandeza pela, como mostrei (WERNECK, 2019), produção de uma verdade transitória (NIELSEN, 01/04/2019) contida na crítica expressada na tirada e que, pela natureza na situação, ultrapassará o protocolo de *comprovação* típico de uma situação de *accountability* social (SCOTT e LYMAN, 2008[1968]) fundada na justiça (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1987, 1991; BOLTANSKI, 1990).

Tomemos um dos exemplos mais recentes no momento em que termino este texto: o episódio, no começo de novembro, da suspensão, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), dos testes clínicos da vacina desenvolvida pela empresa farmacêutica chinesa Sinovac Biotech, em parceria com o Instituto Butantan, de São Paulo, por conta de um “evento adverso grave não previsto” ocorrido com um voluntário dos testes. O caso colocou nos dois polos, como veremos, inimigos declarados Bolsonaro e Doria, com suspeitas de ingerência política do primeiro sobre a decisão da agência. O episódio se somava a vários em que o presidente havia se manifestado publicamente contra o imunizante “paulista”, por ele ser “a vacina chinesa” — país constantemente atacado pelo político por ser comunista e por conta da adesão automática de Bolsonaro aos EUA de Trump, oponente da China nas relações internacionais. Como se soube, o voluntário havia se suicidado, além de ter participado dos testes no grupo recebedor de placebo. Uma das críticas recorrentes do presidente a Doria (e a ou-

131

36. Sobre diferentes modalidades de força, eu, Teixeira e Talone, juntamente com o colega Diogo Caminhas, trabalhamos em uma qualificação analítica das formas física, verbal, mental e simbólica da força.

tros governadores com a mesma agenda) dizia respeito à vontade de tornar a vacinação compulsória, o que comentarei adiante. O fato é que, ignorando as informações sobre o caso do voluntário tornadas amplamente públicas, diante da notícia da morte nos testes, Bolsonaro disparou, em sua conta na rede social Facebook, em 10 de novembro, “em resposta a um seguidor que lhe perguntou se o imunizante (...) seria comprado pelo governo federal” (DELLA COLETTA, 10/11/2020):

— Morte, invalidez, anomalia. Esta é a vacina que o [governador João] Doria queria obrigar todos os paulistanos a tomá-la. O presidente disse que a vacina jamais poderia ser obrigatória. Mais uma que Jair Bolsonaro ganha.

132

A resposta de Doria veio em uma entrevista à revista *Veja* (LUZ e GONÇALVES, 13/11/2020):

— *Ele é um irresponsável.* Eu me decepcionei mais do que me surpreendi. Foi chocante, não só para o Brasil, mas para o mundo. Mais de 60 veículos de mídia publicaram reportagens condenando a posição do presidente. Não se pode celebrar a morte e comemorá-la como se fosse uma vitória. Não se comemora uma morte, se chora por ela. Bolsonaro classificou de covardes as pessoas que não estão saindo para garantir a sua sobrevivência. Ele chamou de “maricas” quem está protegendo a própria saúde, a dos familiares e a dos amigos. *É triste termos um presidente assim.*

Destaquei nesta última fala seus trechos mais performativos em termos moralistas, as acusações de “irresponsável” e de que “é triste [ter] um presidente assim”. Ora, de lado a

lado, o que se vê é uma disputa em torno de quem agride o outro verbalmente com mais eficiência, por meio justamente da ostentação do moralismo: trata-se demonstrar, e essa parece ser a chave dessa forma de postura, *firmeza moral* (TAYLOR, 2012) e com isso deslocar a situação para um *coerentismo* que extrai a avaliação moral do conteúdo da moralidade para se concentrar em sua forma: o moralista é fiel, firme, não negocia, não muda de opinião. Ele não entra em disputa de conteúdo, briga pela imposição deste por meio da forma. Uma escolha promovida em um universo de vários mundos morais, por sua vez, é, por essa leitura, frágil, aberta ao relativismo, passível de ataque. Com esse movimento, a explicitação, a intensificação performática desse posicionamento se torna fundamental: é graças a ela que a grandeza do outro é reduzida e a sua, intensificada.

Meu argumento é que a pandemia de Covid-19 — e notadamente a forma como ela vem sendo conduzida no Brasil — criou as condições para uma consolidação do moralismo ostentatório como fala oficial de governo(s), estabelecendo-se na disputa de marra e no coerentismo de uma crítica acusatorial (WERNECK e LORETTI, 2018) uma disputa pela agência em situação em termos de uma manifestação de *força verbal*.

Esse movimento de “chamar para bater boca” os governadores está claramente expressado em atos do governo federal e foi percebido por vários analistas (SOUZA, 15/05/2020; SOARES e FERNANDES, 17/05/2020; NOBLAT, 30/07/2020). Em agosto, reportagem (BRANT e URIBE, 10/08/2020) revelou que a Secretaria de Governo, ligada ao Planalto, passou a divulgar entre os aliados um relatório com um ranking de estados e municípios com maiores números de casos e mortes por Covid-19. Além disso, ainda

no começo das atuações governamentais brasileiras sobre a pandemia, um levantamento realizado pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas (Dapp), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostrou que “governadores são principais rivais de Bolsonaro nas redes” (SHALDERS, 06/04/2020). Segundo o estudo, entre 12 de março e 2 de abril de 2020, os governantes estaduais foram mencionados 4,5 milhões de vezes em posts relacionados à pandemia no microblog Twitter. O governador de São Paulo foi citado 2,8 milhões de vezes; Wilson Witzel, 775 mil. O pesquisador Amaro Grassi, da Dapp-FGV, disse à reportagem que divulgou a pesquisa que se detectou no governo Bolsonaro a tendência a uma “dinâmica de confronto”:

134

Em alguns momentos, o foco desse confronto foi o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ); em outros, menos frequentes, foi o Supremo Tribunal Federal (STF). Agora, a crise do novo coronavírus trouxe os governadores para o primeiro plano. Eles se tornaram o foco da disputa. (...) O que a gente observa também é uma convergência entre os governadores de várias correntes políticas neste contraponto ao presidente. Desde o João Doria, até o Ronaldo Caiado, que era um superaliado do presidente, até o Flávio Dino (governador do Maranhão, do PCdoB), que nunca teve qualquer afinidade com o presidente.

Tenho trabalhado nos últimos anos com uma série de estudos cujo centro é a análise das críticas promovidas pelos atores sociais em várias dimensões de suas vidas morais. Em todos eles, a ênfase tem sido depositada em compreender como as pessoas lançam mão da crítica e como suas gramáticas formais se atualizam. Esses trabalhos vêm mostrando

várias modalidades da crítica operadas de maneira a não se construírem *momentos críticos* (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999) plenos. Nestes, seria respeitado todo um protocolo de apresentação de críticas justificadas e de busca por prestações de contas pelas ações/situações criticadas na ordem de um processo de *comprovação* (Idem, 2020[1991]). Isso foi observado em algumas situações de forma *modulada*, isto é, constantemente ajustada para se evitar o conflito (WERNECK, 2015, 2016); em outras, de forma abertamente *acusatorial* (WERNECK e LORETTI, 2018; WERNECK, 2019). Em todos esses casos, a competência privilegiada observada foi a *graça*, capaz de criar um *observador singular*, um self crítico privilegiado que permite a citada evitação da comprovação. O estudo da crítica em sua dimensão formal se alinha aos esforços de modelização desse objeto promovidos pela *sociologia pragmática da crítica* (BOLTANSKI, 2015[1990]; 2009) e chama atenção para seu papel em uma sociologia compreensiva da moral (WERNECK, 2014), isto é, para o entendimento de como a crítica é um dispositivo fundamental da *accountability* social (WRIGHT MILLS, 1940; SCOTT e LYMAN, 2008[1968]) e, portanto, da operacionalização da vida moral dos atores sociais. Com essas análises, pode-se ver como os atores se mostram gerativamente *competentes* (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1987, 2020[1991]) na construção e operacionalização de uma matriz de elementos característica da definição de uma crítica.

Como já citei em alguns trabalhos, nos termos de Boltanski e Thévenot (1999, pp. 359-360) “[a] situação de partida [*de uma crítica*] é algo como:”

as pessoas, envolvidas em relações cotidianas, que estão fazendo coisas juntas – digamos, na política, no trabalho, no

sindicato – e que precisam coordenar suas ações entre si, se dão conta de que algo está errado, de que elas não podem mais avançar, que algo tem que mudar. (...) [A] pessoa que se dá conta de que algo não está funcionando raramente permanece em silêncio. Ela não guarda seus sentimentos para si. (...) A pessoa deve, (...) expressar descontentamento em relação às outras com quem estivera desempenhando, até então, uma ação conjunta.

Descrevi (WERNECK, 2015, pp. 194-195) para esse fenômeno um protocolo, a *forma-crítica*, a partir de uma situação-tipo envolvendo dois actantes, A e B:

136

1) A, que está na mesma situação que B, se sente incomodado com o estado (grandeza) ocupado por B, o que prova que A possui uma *capacidade moral*, ou seja, uma faculdade para decidir o que acha certo e o que acha errado, o que é bom ou mau *para ele*; 2) A, que possui também *capacidade crítica*, “percebe não poder mais suportar esse estado de coisas” e se sente impelido a *expressar* sua insatisfação – poderia perfeitamente ficar quieto, mas, em vez disso, “não guarda seus sentimentos para si”; 3) A constrói uma afirmação – isto é, uma expressão languageira com pretensão de verdade – segundo a qual tenta demonstrar o caráter problemático do estado do outro na situação, chamando a atenção para a falta de legitimidade do estado, apontando, assim, a *responsabilidade* do outro, e demandando dele uma prestação de contas, um *account* (...); 4) Como mostram Boltanski e Thévenot (...), essa tentativa de demonstração do caráter problemático não pode ser articulada de qualquer maneira; ela tem um protocolo, centrado em um componente inelutável da crítica, sua *necessidade de provas*: nessas situações, “as pes-

soas (...) envolvidas estão sujeitas a um imperativo de justificação. Aquele que critica outras pessoas tem que produzir justificações para sustentar suas críticas, assim como alguém que seja alvo de críticas tem que justificar suas ações para defender sua causa”.

Já mostrei em alguns trabalhos (cf. WERNECK e LORETTI, 2018) que para esse protocolo ser cumprido, a crítica depende de uma operação de reconhecimento mútuo de sua criticidade — isto é, de uma *mise en forme* que permita a todos os envolvidos a operarem em suas diferentes *actâncias* (A e B precisam saber que a situação em que estão se define como uma crítica). Esses últimos trabalhos permitiram também traçar o esquema dessa composição, como uma matriz formal envolvendo quatro actantes (BOLTANSKI, 1990): 1) aquele que *critica*, o *crítico*; 2) aquele em favor de quem ela é feita, a *vítima*; 3) aquele em detrimento de quem ela se exerce, o *perseguidor* [*o criticado*]; e 4) aquele diante de quem ela é operada, o *juiz*. No interior da *accountability*, o juiz, espectador moral que avaliará a questão e para quem a crítica é performada, é substituído por uma operação central para a vida social, a *negociação* (THUDEROZ, 2010), baseada no pressuposto de “disposição para o acordo” (BOLTANSKI e THÉVENOT, 2020[1991]), o que conduz a um imperativo ainda mais basal, de *prestação de contas* (WRIGHT MILLS, 1940; SCOTT e LYMAN, 2008[1968]).

A questão é que esse imperativo depende da disposição dos atores para contemplar uma pluralidade de quadros morais para sustentar as situações. Assim, uma questão fundamental na resolução de disputas (e na possibilidade de conflitos) é a *amplitude da complexidade moral contemplável* (WERNECK e LORETTI, 2018), isto é, o quanto a crítica

se abre para contemplar a moral do outro lado e demandar uma conta prestada em termos acordados. Com isso, pode-se classificar a crítica entre um tipo *acordável* (quando se espera um *account* que confira sentido à ação criticada) e um tipo *acusatorial* (quando se busca um culpado, simplificando-se a complexidade moral do mundo em favor de uma única moralidade, idealizando-se uma necessária punição).

138 Na continuidade desse argumento, estabeleço uma distinção entre duas formas de operacionalizar uma atitude moral. De um lado, conceber um universo moral com vários mundos (BOLTANSKI e THÉVENOT, 2020[1991]), reconhecendo de forma prática a esfera da prestação mútua de contas e os imperativos de *accounts*, pode ser considerado uma abordagem *moral* da moral: nela, os atores reconhecem o caráter metafísico de seus quadros de referência e, ao mesmo tempo, um pluralismo de quadros de referência que, em suas práticas de demanda por sentido, se abrem para buscar no outro os sentidos de suas ações. De outro lado, no entanto, em vários momentos, os atores são levados a simplificar a complexidade moral do mundo, elegendo um único quadro de referência — e os critérios dessa eleição são situados, com base em fundamentos tradicionais (como religião ou princípios culturais), formais (como a adesão à lei) ou de outra ordem — e afirmando não haver outro passível de se aplicar na situação. Isso desloca a operação para uma abordagem que tenho chamado de *moralista* (BROSSAT, 2009; TAYLOR, 2012) da moral: nela, essa opção por uma moral única fecha a possibilidade de negociação e converte a moral em “natureza” e a situação de crítica em acusação: o outro não é mais alguém que age conforme outro quadro de referência a ser tensionado com o nosso; é alguém que age de forma indis-

cutivamente “imoral”, de maneira “errada” etc.³⁷

A mobilização da posição moralista e de uma crítica acusatorial não é uma novidade nem sua participação efetiva no ordenamento moral moderno³⁸. Ela está, claro, classicamente na base da Justiça Criminal e de toda formalização dos constrangimentos morais (DURKHEIM, 2016[1893], 2018[1902-1903]). O que se tornou um ponto a ser analisado de forma detida é o que ela tem de ostentatório, isto é, o papel desempenhado por essa performance explicitadora, sublinhadora do caráter absoluto e inegociável da posição moral. Os argumentos de justificação mobilizados sugerem uma outra metapragmática (WERNECK, 2012), como já disse, no plano

37. Sobre os possíveis desenrolares problemáticos dessa forma de ação, ver Domenach (1992) e os textos reunidos por Coady (2006).

38. De fato, trabalhos extremamente relevantes da psicologia moral concluíram que a atuação moralista é mais basal e habitual do que a que chamo de moral. Haidt (2001) é enormemente bem-sucedido em demonstrar a efetividade de um *modelo intuicionista social de julgamento moral*, segundo o qual se demonstra que as decisões morais são tomadas com base em *intuições* antes de em *racionalizações* e que estas são, ao fim e ao cabo, um processo *post hoc*, voltado para a justificativa social de ações já empreendidas. Considero esse modelo enormemente coerente com a forma como Weber equaciona sentidos (*a posteriori*) e motivos (tratados como *a priori*) em sua sociologia da ação, bem como com minha perspectiva pragmática de análise. Nesse diapasão, não se trata de idealizar um mundo de ações morais em relação ao qual as ações moralistas seriam exceção; trata-se, muito antes disso, de levar a sério que os atores sociais empreendem um mundo de ações morais como típico por meio do imperativo de *accountability* social e que o que torna o moralismo digno de nota são os momentos em que ele se explicita como tal, isto é, em que é performado como recusa e ruptura da moralidade de múltiplos mundos.

da “coerência”³⁹ e da “firmeza” morais. Assim, o centro deste estudo está justamente na *accountability* dessa interdição da *accountability*, isto é, nas bases lógico-morais de efetivação desse tipo de operação crítica que parece desempenhar um papel cada vez mais central em nossa vida social e política⁴⁰.

É nesse contexto analítico que me volto para a disputa de marra entre Bolsonaro e os governadores no contexto da Covid-19.

-
39. A coerência em jogo no moralismo não é necessariamente de ordem lógica e nem diz respeito a posturas específicas. Trata-se de uma coerência moral identitária, que permite enxergar o ator como alguém firme em seus valores. Assim, muito embora tanto Bolsonaro quanto Doria mudem de posição muitas vezes de forma consideravelmente incoerente (e muitas vezes da noite para o dia, desmentindo o dito literalmente no dia anterior), como, aliás, é enormemente habitual entre os políticos, eles ainda assim mantêm em torno de si uma representação de coerência ao sempre, apesar disso, se manterem como o mesmo personagem moral, o mesmo self público (no caso de Bolsonaro, especialmente em termos de suas “autenticidade” e sua “falta de papas na língua”).
40. A discussão sobre a lógica acusatorial da crítica se estende desde um debate mais clássico (AUSTIN, 1956-1957) até a discussão sobre seu papel na acusatorialidade na criminalização/incriminação na sociologia brasileira do crime, da violência e dos conflitos (MISSE, 1995, 1999, 2008; MISSE e WERNECK, 2012; TEIXEIRA, 2011, 2013) e na discussão sobre inquisitorialidade da antropologia brasileira do direito (KANT DE LIMA, 1986, 1989, 2013; KANT DE LIMA e MOUZINHO, 2016) e nas inflexões brasileiras da sociologia da crítica que temos proposto eu e colegas (WERNECK, 2012, 2014, 2015, 2016; WERNECK e LORETTI, 2018; FREIRE, 2011, 2014). Em meu trabalho especificamente, ela tem ganhado a forma de uma sociologia da crítica voltada para entender as formas por meio das quais os atores sociais dão vazão a sua vontade de crítica em uma vida social moralmente orientada sem ênfase em uma interpretação culturalista — do tipo “dilema brasileiro”. Para uma crítica a essa abordagem, ver Villas Bôas (2003) — que me parece moralista ela própria.

A zoação dos adversários e seus efeitos na política

Não enfatizarei aqui uma discussão sobre agressividade na política. A seara de análise neste texto não ingressa tampouco em um debate sobre *contentious politics* (TILLY, 2006) — até porque não estamos falando de movimentos sociais, mas de atores governamentais. Estamos aqui em uma escala de transação entre micro e macro (KNORR-CETINA, 1981; BOLTANSKI, 2020⁴¹), já que se trata de interações entre sujeitos singulares em situações específicas e discretas, mas capazes de implicar movimentos societais amplos. Trata-se de bate-bocas *peessoais* se integrando à disputa política e, especialmente, àquela executora de políticas. A concentração neste texto estará no entendimento da construção de dispositivos situados de performance ostentatória para fundamentar a posição moralista. Como disse antes, a ostentação aqui toma a forma do que já chamei de *zoação*, forma jocosa na qual “a crítica é apresentada como se não fosse séria ou relevante, mas proporcionando, ainda assim, a colocação de algo do comportamento/das características do outro em questão” ou que, mais estritamente, consiste na “ação/situação/forma-formal na qual uma crítica é construída por meio

141

41. Em conversa pessoal recente, Boltanski (2020) chamou atenção para o desafio de se discutir como o plano micro das relações situadas entre homens tomados em sua singularidade e em suas relações singulares com outros humanos, igualmente tomados como singulares, determina as relações macro — como no caso das reuniões a portas fechadas entre grandes líderes, em que certamente variáveis prosaicas participam de decisões nada banais e em que muitas vezes o acaso desempenha um papel fundamental. Sobre mais a esse respeito, ver o primoroso trabalho de Engberg-Pedersen (2015) sobre as guerras napoleônicas.

da afirmação da negatividade da ação/grandeza do outro de forma jocosa, simulando ser ela uma mentira” (WERNECK, 2015, p. 190, p. 200).

142 Na continuidade dessa interação, e se considerando os envolvidos, inicia-se uma *disputa de marra*. Mas preciso aqui sofisticar a definição de zoação, para dar conta de sutilezas observadas nestas alterações específicas. Como mostrei em Werneck (2019), a competência central nas situações de críticas jocosas é a *graça* (BOLTANSKI e THÉVENOT, 2020[1991]), isto é, a demonstração de criatividade e esper-teza. Pois é fundamental perceber que *em uma disputa de marra, sobrepõem-se graça e força*, a primeira se tornando metonímia da outra, pois o caráter criativo se torna agen-ciador da *ridicularização* (WERNECK, 2019) e, consequen-temente, do rebaixamento forçado de grandeza do outro. Nesse sentido, a zoação se torna agressão e demonstração de *força verbal*, empurrando o outro ao solo em termos morais. Ora, quando se mobiliza a zoação para efeitos efetivamente críticos, aquele caráter de simulação da definição original é tornado secundário, em favor da efetividade da crítica como tal. A equação de montagem da zoação em situações de dis-puta de marra propriamente críticas se complexifica sobre-maneira, especialmente se falamos de críticas *acusatorias* (WERNECK e LORETTI, 2018). Nelas, segue-se igualem-ente o protocolo da zoação de apresentar uma verdade *como se mentira fosse*, já que se trata de (ou, em nossos casos, soa ou deveria soar como) uma “piada”. Mas, nesse caso, o fato de a “mentira” não ser mentira, e sim verdade, é gritantemente explicitado, sublinhando-se o caráter artificial da anedota. No caso de figuras públicas como presidentes e governado-res, a liturgia do cargo serve como base de normalidade a partir da qual a crítica jocosa se torna *punchline* (ruptura)

— sobre a forma-piada, ver Werneck (2015, pp. 199-200): quando um governante se permite falar se expressando ironicamente ou agressivamente em relação a um oponente político *fora de uma campanha eleitoral* (momento em que esse tipo de discurso é tratado como normal), isso se constitui como virada, chamando-se atenção para a abertura de uma situação de comprovação em termos não dos valores integrantes do conteúdos de suas falas, mas de uma única grandeza, a já citada graça. A situação, nesse momento, parece se partir em três, criando-se três verdadeiras situações distintas, cada qual com uma diferente testagem de efetividade e uma diferente lógica, em três diferentes níveis, cada um metonimizando os anteriores⁴².

Em um primeiro plano, mais basal, de fundo, as ações estão em avaliação em termos dos *temas morais substantivos* em pauta para os atores — por exemplo, como veremos, em termos das liberdades individuais para os seguidores de Bolsonaro. Chamarei a esse de *plano moral dos conteúdos*.

143

42. Humoristas profissionais costumam operar ludicamente a mecânica da disputa de marra em um dispositivo de humor chamado no Brasil de “fritura” e em inglês como *roasting*. Nesse tipo de evento, pelo menos uma pessoa, presente, é eleita para ser insultada, criticada de forma agressiva por pelo menos um humorista (mas isso muitas vezes é feito em grupo, com vários humoristas insultado uma única pessoa, muito recorrentemente um outro humorista). Em várias ocasiões, a fritura é um jogo de lado a lado, em que os participantes se revezam, buscado ridicularizar o outro das formas mais intensas possíveis, explicitando-se seus defeitos, suas fraquezas e mesmo elementos de sua vida privada (como algum detalhe escatológico, uma doença, um problema familiar e que tais). Evidentemente, um jogo como esse depende de um acordo tácito de “não levar a mal” o que se ouve do outro. No caso observado aqui entre o presidente e os governadores, a fritura, por óbvio, não considera qualquer protocolo diplomático.

Em um segundo nível, que chamarei de *plano moral da forma-ostentação*, os defensores daquela pauta moral parecem entender que o debate não pode se dar em termos daqueles valores de base, posto que os levar à discussão os coloca em questão — e um moralista não disputa nada, ele parte de sua certeza absoluta moral. Assim, ocupa o lugar desse debate basal, como metonímia dele, uma avaliação de outra ordem, trazida à baila pela performance, e que julga, como disse, a *coerência* e a *firmeza* morais. Por fim, esse segundo nível parece se beneficiar de um conjunto de variantes formais a se tornarem também dele metonímia, entre as quais uma privilegiada, como venho mostrando, parece ser a ostentação em termos da graça, definindo um *plano moral da forma-graça*, em que a avaliação se desloca para a estética (e seus efeitos) das provas de competência inspirada. Isto é, quando “causa” ou “lacrá”, o crítico tagarela torna sua tirada uma campeã de sua firmeza, que por sua vez é uma advogada de seus valores.

Assim, por exemplo, quando Bolsonaro chama João Doria de “governador gravatinha” (GIULINO, 30/04/2020), ele está criando um eu discursivo deslocado em relação à fala presidencial esperada e com isso abre o circuito da disputa em um registro distinto ao da crítica/justificação/comprovação: trata-se de se medir se sua descrição do oponente

“causa” ou “lacra”⁴³, isto é, se tem impacto em *ridicularizar* o outro, neutralizando sua capacidade de resposta (T’HART e BOS, 2008; WERNECK, 2019)⁴⁴.

Vejam os episódios de 28 de outubro, quando Bolsonaro disparou contra Doria e Dino falando a apoiadores na saída do Palácio da Alvorada (BRASIL 247, 27/10/2020):

— Tem um estado que aumentou imposto no Brasil: São Paulo. Aumentou barbaramente produtos da cesta básica, lamentavelmente, e está cobrando imposto até do cara com deficiência que compra carro. Uma barbaridade.

43. Em um texto recente sobre o mesmo tema publicado nesta seção (WERNECK, 2020) e em uma versão revista do mesmo para publicação em livro (Idem, 2021b), argumento que a lógica do meme foi um dispositivo crítico privilegiado para esse rebaixamento moral, justamente por sua intensiva mecânica de demonstração expressiva da graça. Nos memes da pandemia, foi possível observar como se formava a dinâmica aqui descrita sobre um observador singular e a verdade transitória. Naquele caso, a graça e a crítica eram bastante explícitas, já que os memes são explicitamente humorísticos. No caso das disputas de marra aqui descritas, a graça se apresenta justamente na dinâmica da disputa verbal de esperteza.

44. É interessante notar uma importante indefinição em termos de “intenções” nesses casos. Evidentemente, não se pode especular com absoluta segurança sobre os objetivos de alguém que inicia uma disputa de marra, mas é digno de nota que ao mesmo tempo que o objetivo final de uma tirada em uma disputa como essa seja “encerrar a discussão”, deixando o outro nocauteado por uma frase de alto impacto que o ridicularize sem possibilidade de contrarresposta, o normal é que a zoação inicial seja um convite ao bate-boca, que se espere que haja pelo menos alguma resposta do outro, justamente para se comparar as exibições de competência em termos de grandeza inspirada, e igualmente se espera que a troca de farpas se sustente (ou se desdobre em outras). Assim, essa contradição entre uma “vontade de vencer” e uma “vontade de disputa” parece acompanhar sempre esse tipo de situação.

— Tem que tirar o PCdoB [*Partido Comunista do Brasil*] de lá [*do Maranhão*], pelo amor de Deus. Só aqui no Brasil mesmo comunista falando que é democrático.

146

No primeiro caso, vê-se uma crítica bastante tradicional, de baixo apelo à graça, já que seus termos estão localizados no pacto cívico-industrial chamado por Boltanski e Thévenot (2020[1991]) de *cité coletiva*, aquele que fundamenta o agenciamento da relação Estado/população: a acusação é que Doria se mostraria um mal governante por atribuir impostos de forma desigual e excessiva. No segundo caso, entretanto, a crítica se fundamenta na construção do criticado como portador de uma identidade inadmissível, a de comunista — “acusação” constantemente presente nas críticas de Bolsonaro, como é notório. Aqui, a possibilidade de diferentes quadros de referência político-morais (esquerda/direita; conservador/progressista; liberal/comunista etc.) é recalcada em favor de um mundo de regime político único (que o próprio Bolsonaro chama de conservador, ao mesmo tempo que identifica como uma suposta verdadeira essência do brasileiro, mas que aqui ele apresenta como “democrático”), tratado como incontornável. E isso é performado como uma afirmação de urgência anuladora da natureza do outro: seria preciso tirar o PCdoB do governo, porque isso representaria uma contradição com a própria ideia de normalidade ou de realidade aceitável: o governador do estado ser comunista seria simplesmente inadmissível. Assim, vemos como o nível dos conteúdos (aquele em que a direita pleiteia superioridade moral sobre a esquerda) trilha seu caminho de metonímia no nível da forma-ostentação (no qual não se pode admitir haver governadores comunistas) e no nível da forma-graça: “só aqui no Brasil”, o país das jabu-

ticabas, esse tipo de absurdo teria lugar, diz a camada jocosa da expressão.

A breve observação realizada para este texto se baseou em 11 casos dessas disputas públicas ocorridas desde o início das medidas restritivas, no começo de março de 2020, até o final de novembro, com o citado episódio da Anvisa. Não se trata de uma amostragem exaustiva, mas acredito que ela tenha servido para indicar as principais linhas pragmáticas da ostentação moralista por um lado e por outro. A análise explicitou os principais dispositivos nelas mobilizados, todos baseados em se construir uma alteridade rebaixada: a) a explicitação do erro/malfeito do oponente; b) a construção da natureza desse oponente como negativa, monstruosa, má; c) a comparação ostentatória e desdenhosa com o outro; e d) o desdém pela ação ou agressão do outro (com possível incorporação de rótulos). Em todos esses casos, muitas vezes a colocação vem de forma insinuada, o que contribui para a dinâmica inspirada do jogo.

147

A resposta de Flávio Dino é digna de nota (HORA DO POVO, 28/10/2020):

— [S]e Bolsonaro quer me tirar do governo do Maranhão, um bom caminho é lançar um bolsonarista assumido nas eleições de 2022. *Em 2018, não chegaram a 10%*. Em vez de vir cuidar de trabalho sério, que o governo federal deve fazer imediatamente, Bolsonaro diz que vem [*ao estado nordestino*] para esse tipo de agenda: agressões e campanha eleitoral. *Tudo com dinheiro público*. (...) Desde a semana passada, [*o presidente*] cria confusão com uma suposta visita ao Maranhão. No que depender de mim, ele pode ir onde quiser, não enfrentará protestos e terá a proteção da polícia do Maranhão. *Não precisa ter medo. Aqui somos sérios e temos muito trabalho que nos ocupa*.

Primeiramente, ele busca rebaixar o oponente, afirmando a fraqueza eleitoral deste (e comparando com a sua), ao mesmo tempo que o critica pela interferência na política de seu estado — já que o presidente estaria sugerindo o impeachment ou outro procedimento interventivo — e nega a afirmação de contradição com a democracia atribuída pelo desafeto ao Partido Comunista do Brasil. Em seguida, ele faz uma crítica direta: Bolsonaro gastaria dinheiro público para fazer política de descrédito de Dino. Ao final, ele insinua no outro falta de seriedade (“Aqui somos sérios”, insinuando um “diferentemente de você”) e falta do que fazer (“temos muito trabalho que nos ocupa”, igualmente insinuando um “diferentemente de você”).

148

Em 19 de outubro, teve lugar mais um capítulo da chamada “guerra das vacinas”. Bolsonaro, em conversa com seus apoiadores transmitida pelo canal bolsonarista *Foco do Brasil* no agregador de vídeos YouTube, diz (UOL, 19/10/2020a):

— Meu ministro já disse claramente que não será obrigatória essa vacina e ponto final. Tem um governador aí que está se intitulado o médico do Brasil, dizendo que ela será obrigatória. Repito que não será...

Doria (Idem, 19/10/2020b):

— Quero agradecer ao presidente Bolsonaro me qualificando como ‘médico do Brasil’, porque confio no médico e ontem foi Dia do Médico. Portanto, qualquer referência a mim, ainda que não seja médico, mas como tal, me distingue, porque acredito nos médicos. É o que temos feito, confiar nos médicos e na ciência para todas as medidas que adotamos na proteção a vidas e agora na vacina.

Aqui, o governador ironiza Bolsonaro, fazendo pouco caso da tentativa de diminuí-lo. Mais que isso, ele toma para si o rótulo que o outro tenta lhe atribuir negativamente, sarcasticamente, invertendo seu sinal e redirecionando a zoação para seu oponente, que seria, com isso, empurrado para uma posição ridícula ao pretender rebaixar e na verdade elevar seu adversário. Vejamos que o presidente lança mão do recurso de construção da natureza do governador de São Paulo, buscando a ridicularização do outro ao dizer que ele busca ser médico quando na verdade não é.

Moralismo e ostentação

Como essas disputas de marra refletem o moralismo? O caráter ostentatório, no qual se performa a oposição moral, resta provado na provocação de disputas de marra inseridas no jogo político e no discurso de governo. Como disse anteriormente, a posição moralista é aquela em que se realça a possibilidade de se contemplar um universo moral de múltiplos mundos. Esse *pluralismo* (LEMIEUX, 2018) moral é uma das bases do modelo das chamadas *economias da grandeza* (EG), proposto por Boltanski e Thévenot (1987; 2020[1991]). Segundo essa abordagem, a vida social nas sociedades modernas ocidentais típicas é regrada por dois princípios fundamentais aparentemente contraditórios: de um lado, a presença de uma (já citada) *capacidade crítica* (BOLTANSKI e THÉVENOT, 1999) nos atores sociais; de outro, uma *tendência ao acordo*, ratificada pela raridade dos *momentos críticos* (Idem), situações em que os atores param o que estão fazendo para instaurar uma *comprovação* (uma testagem em termos de provas de realidade) a partir de uma crítica. Para esse horizonte de *concordia* se manter

apesar da possibilidade de conflito sempre presente por conta da possibilidade de crítica (e portanto de discordância) comparece um imperativo também ele fundamental, o *imperativo de justificação*. A ideia é que tanto críticas quanto ações quanto acordos precisam ser fundamentados em uma competência, isto é, um valor chave cuja avaliação esteja em vista quando ações são praticadas (e, para tanto, avaliadas, julgadas pela capacidade crítica) e que o valor eleito como hegemônico nessas sociedades é a *justiça*. Daí a necessidade de as prestações de conta do que ocorre (o que ao fim e ao cabo representa uma avaliação de *grandeza*, isto é, o estado situadamente ocupado pelos seres nas situações) terem que ser intermediadas por *justificativas*, *accounts* em termos de justiça — que, nos termos do modelo das EG significa a demonstração de efetivo bem comum entre os envolvidos em uma situação, traduzido pela equivalência entre os bens auferidos de cada lado. E na continuidade desse modelo, os autores propõem um quadro de sub-regimes desse regime de justiça, chamados por eles de *cités* (por inspiração metafórica nas cidades-estado gregas, circunscritas como ordens sociais em torno de princípios), configurando o que Thévenot (2006, p. 6) chega a chamar de “pluralismo radical”: eles depreendem em seu trabalho de pesquisa seis dessas *cités*, seis distintas formas da justiça⁴⁵: uma *cité* cívica (cujo valor/competência representativo da justiça é a representatividade em relação a uma coletividade); uma *cité* mercantil (cujo valor-justiça é a equivalência nas trocas); uma *cité* doméstica (integração entre integrantes de uma rede geracional); uma *cité* industrial (eficiência); uma *cité* do renome (cele-

45. Posteriormente, outras *cités* seriam propostas por eles próprios e por outros autores. Para uma síntese de algumas e uma discussão sobre essa fecundidade de modos de justiça, ver Werneck (2018).

bridade); e uma *cit * inspirada (inspirac o/grac a, da qual já falamos).

Ora, esse   um retrato modelar de um universo de múltiplos mundos morais: os atores sociais nessas sociedades viveriam em concórdia por conta de uma tendência ao acordo baseada na facilitada possibilidade de contempla o do diálogo entre esses *mundos* (versões pragmáticas das *cit s*), conquanto justamente a diferença entre eles configure tentativas criticáveis de fundamenta o. Assim, se, por exemplo, em um partido político certos envolvidos na escolha do candidato das próximas elei es entendem que ela deveria ser fundamentada em uma lógica *doméstica*, por exemplo apontando-se por consagra o um integrante mais antigo e considerado “pai de todos”, e outro grupo interv m afirmando ter que ser ela realizada pela lógica *industrial*, porque, digamos, um conjunto de realiza es em um cargo sugere um jovem promissor como melhor candidato, pode-se estabelecer uma disputa em torno de que princípio deve reger a situa o (como se dará o apontamento do candidato) e talvez os dois grupos cheguem a um acordo se justifica es capazes de demonstrar que o bem da decisão foi comum entre eles. O ponto chave de um modelo como esse, então, seria uma disposi o ao acordo demonstrada tipicamente pelos atores na forma de uma disposi o para contemplar os quadros de referência distintos e reforçada na necessidade de se buscar nos seres a possibilidade de montagem de dispositivos que os ancorem: os acordos são em termos de princípios, mas esses princípios precisam ser postos a prova, a fim de que a justiça da situa o seja comprovada, de modo que provas objetivas desse bem comum precisam ser apresentadas. Em nosso exemplo, o grupo em favor do jovem pode entregar   executiva do partido uma pesquisa eleitoral mostrando seu potencial de voto, reforçando sua *eficiência*, ao passo que o outro pode mostrar um

vídeo com grandes conquistas do mais velho, rememorando seu ancoramento na tradição, a predestinação de sua vitória ou a importância de sua candidatura pura e simples como “posicionamento”. Talvez, nesse momento, eles resolvam ainda uma terceira via, remetendo a questão ao diretório nacional, a fim de tornar a decisão mais *cívica* possível: eleito por maioria dos votos, o candidato teria maior representatividade e a candidatura, para eles, mais justiça. A capacidade, então, de contemplar esses vários mundos é uma característica fundamental a ser mobilizada em universos de concórdia no decurso de uma rotina mais ou menos pacificada como é a das sociedades modernas. Evidentemente, nada disso ingenuamente sugere que não haja conflito na vida cotidiana dessas sociedades. Igualmente não implica que haja um ambiente de profunda concórdia com acordos perfeitos (dos quais todos emergem felizes e amorosos entre si). O que está em jogo é a atmosfera de ordem e de rotina que permeia a vida cotidiana típica nessas sociedades — em que se experimenta, obviamente, bastante sofrimento, mas ainda assim mais raramente conflito, que representa uma ruptura da rotina. Segundo o modelo das EG, as sociedades modernas canalizaram a energia dos conflitos abertos para disputas regradadas em torno de princípios, especialmente da justiça.

Meu argumento é que esse comportamento moral experimentado cotidianamente pelos atores pode muitas vezes ser convertido na direção de um comportamento, como disse, moralista, segundo o qual a disposição para o acordo é substituída por uma rigidez de adesão a um mundo moral, o que, como também disse, não é nenhuma novidade. A questão aqui é a *técnica* dessa rigidez. Veja: o acordo precisa ser demonstrado como impossível, inadmissível. A ostentação do moralismo é a forma segundo a qual se torna gritante essa inadmissibilidade. Aqui, no caso da guerra entre Jair Bolsonaro e os governado-

res, fica claro que uma *indisposição para o acordo* é performada como princípio de separação: os dois lados são *inimigos* e demonstrar publicamente essa inimizade é, ao fim e ao cabo, performar aquela firmeza, que se torna um valor superior⁴⁶.

O que nos leva a uma informação fundamental: a performance é *para alguém*. O moralismo ostentatório parece ser uma forma comportamental iminentemente *pública*, diante de uma plateia. Conquanto a ostentação seja para o outro se sentir rebaixado, ela é sobretudo para rebaixar o outro aos olhos do(s) observador(es). Trata-se, então, de o *crítico* performar agressivamente a crítica em termos de conteúdo (os termos da questão) e de forma (a dinâmica inspirada da *causação/lacração*) a alguém demonstrado por ele como *perseguidor* de alguma *vítima*, mas diante de um *juiz*. Em nosso caso, as críticas de lado a lado exploram um juiz-vítima: a população, o povo. É diante dele que a ostentação busca demonstrar a firmeza moral, transmutada de esper-teza, de seus emissores. Evidentemente, esse povo é conver-

46. Um dos fundamentos do acordo nesse modelo é um axioma de comum humanidade, segundo o qual os integrantes de uma *cité* são considerados merecedores de dignidade comum, isto é, as mesmas possibilidades de aceder aos estados de maior grandeza, porque são todos humanos. Jussara Freire chama atenção para o fato de em muitos contextos políticos, a ideia de uma humanidade tomada como dada não se comprova, estabelecendo-se processos de desumanização de humanos e os excluindo da humanidade comum (FREIRE, 2011). Notadamente, Freire e Teixeira (2016) desenvolvem a ideia de humanidade disputada, segundo a qual o axioma da humanidade comum é ele próprio colocado em questão em certas situações no Brasil. Parece-me que claramente um dos mecanismos fundamentais do moralismo ostentatório é performar uma espécie de inumanidade tomada como dada dos oponentes morais. Isso é flagrante na forma como Bolsonaro trata a esquerda e como ele é tratado por alguns dos governadores.

tido em dois outros tipos relevantes: *seguidores* e *eleitores*. Como qualquer liderança populista, Bolsonaro performa seu moralismo para seu eleitor preferencial, que no mundo de Facebook, Instagram, Twitter e grupos de WhatsApp⁴⁷ se consubstanciou no termo *seguidor*. Esse termo, na política, passou a significar ao mesmo tempo a adesão prática nas redes sociais e fidelidade ideológica (por vezes, canina). Os governadores, por óbvio, adotam igualmente uma cartilha de performance moralista diante da população, respondendo ao serem provocados e não deixando as disputas de marra serem vencidas pelo outro lado⁴⁸.

Mas de que valores estamos falando? A análise dos 11 casos demonstrou que o moralismo ostentatório se colo-

-
47. Embora no caso do WhatsApp, um aplicativo de troca de mensagem, não se possa originalmente se falar em seguidor (expressão própria inicialmente para a adesão inscrita a alguma conta de alguém), no caso de figuras como o presidente, com forte universo ideológico em torno de si, a lógica dos grupos — comunidades de trocas de mensagens coletivamente, como entre familiares e amigos, e que se tornaram também bolhas conceituais de vários tipos, entre elas políticas — a favor (no caso, dos grupos de seguidores de Bolsonaro), a mesma lógica do seguidor se instaura (já que se mede a popularidade do político também pelo número de integrantes e pelo número de “grupos bolsonaristas” nos aplicativos de mensagem, havendo inclusive aplicativos preferidos por eles).
48. A dinâmica específica dos casos seguiu uma rotina de ataques de Bolsonaro e respostas dos governadores. Não observei até o final da amostragem procedimento inverso. Isso, entretanto, não pode ser tomado como indicativo de que necessariamente Bolsonaro seja mais ou menos marrento ou agressivo que nenhum dos outros envolvidos. Isso parece ter a ver mais com a dinâmica de divulgação das falas e com a normal maior divulgação das falas do presidente. Não se pode ignorar, entretanto, o temperamento de Bolsonaro, que busca recorrentemente o ataque de seus adversários em qualquer manifestação pública.

cou a serviço de algumas pautas de lado a lado, todas, como disse, tratadas como pétreas e a serem defendidas pela performance ostentatória. A observação resultou em uma lista com vários valores de fundo, mas enfatizarei alguns poucos mais recorrentes e intensivos.

Liberdades individuais

Como mostrei em outro texto (WERNECK, 2021a), Bolsonaro fala promovendo uma combinação peculiar entre valorização da ordem e das liberdades individuais. E, no caso da pandemia,

é digno de nota que [ela] tenha sido colonizada, no plano da vida política brasileira mais cotidiana, pela tensão marcante de seus últimos tempos, uma antinomia forçosa entre *igualdade e liberdade*, notadamente por meio da oposição — na verdade levada a cabo em vários países, mas aqui de forma peculiar — entre medidas profiláticas e liberdade individual: as falas de Jair Bolsonaro como presidente têm se concentrado não apenas em um negacionismo da potência do vírus, como é notório, mas também — e talvez mais fortemente — em uma dicotomia entre isolamento e agência [*em um plano individual*], sendo, em seus termos, o vírus uma desculpa para “a esquerda” cercear “nossa liberdade” — como se sabe, boa parte de sua campanha presidencial se baseou na intensificação das cores de uma quase anedótica associação entre igualdade como operação degenerativa promovida pelo “comunismo” e liberdade como valor supremo buscado pela direita — mobilizando um cruzamento bastante peculiar entre neoliberalismo econômico e total liberação comportamental para “as pessoas de bem” (segundo ele próprio, os conservadores, que

constituiriam a matriz paradigmática do brasileiro). De fato, o presidente não deixou qualquer dúvida de sua postura a respeito, ao dizer: “Para mim, tem algo mais importante que a vida, a liberdade” (CARAMURU, 21/05/2020). E essa costuma ser a palavra de ordem da militância bolsonarista, sua liberdade individual (LIMA, 25/05/2020)⁴⁹.

Nas provocações aos governadores, críticas ao “autoritarismo”, ao atravancamento da livre iniciativa econômica (ênfaticamente mais especificamente adiante) e ao impedimento de certas medidas clínicas consideradas tresloucadas colocam no centro das falas de Bolsonaro a defesa radical dessa forma de liberdade conservadora. Assim, vemos discursos como:

49. Essa é descrita por Bolsonaro e seu seguidores como uma boa liberdade, diferente da “libertinagem” da esquerda, porque é pensada nos moldes da *pursuit of happiness* americana: autodeterminação para decidir seus caminhos e acumular seus bens, sem intromissão do Estado em suas vidas — o que é representado não apenas por um incentivo ao empreendedorismo e uma aversão ao Estado e seus agentes como por uma política de desregulamentação que envolve facilitação de acesso a armas, flexibilização de leis de trânsito e valorização da ordem e da segurança. Os “comunistas”, por sua vez, seriam aqueles que pregam “tomar nosso dinheiro” (por exemplo, cobrando muitos impostos) para entregar para “vagabundos” (servidores públicos ou pessoas desamparadas socialmente) e que promovem uma pauta de total libertação apenas nos comportamentos hedonistas, notadamente sexuais — derrubando papéis tradicionais de gênero, promovendo “o homossexualismo” e “a pedofilia” — e químicos — demandando liberação da maconha —, além de serem movidos por um projeto de dominação cultural global. Essa liberdade não é admitida pelo liberalismo conservador. Um maior detalhamento e uma análise dessa pauta conservadora e em suas rotulações de seus oponentes ultrapassariam, entretanto, os limites deste texto.

— [Doria] aumentou ICMS de combustível, criou imposto para o cara que é deficiente e comprou um carro. Aumentou tudo que você pode imaginar. E ainda fala em obrigar a tomar vacina. O que é isso? *É coisa de lunático isso aí. Lunático* (DELLA COLETTA, 29/10/2020).

— Não quero criticar ninguém lá, mas eu vejo que tem um governador lá um tanto quanto autoritário, *até [quer] dar vacina na marra na galera*. O que eu vejo na questão da pandemia? Está indo embora. E isso já aconteceu, a gente vê em livros de História. Ele quer acelerar uma vacina agora, falou que ia vacinar os 46 milhões [*de paulistas*]. Não tem autoridade para isso. No meu entender, é uma *arbitrariade*. Eu não sei que adjetivo daria para quem quer na marra, já fala em aplicar uma vacina que ninguém ainda falou que está 100% comprovada cientificamente (Idem, 30/10/2020).

157

Nesses exemplos, como em outros observados, a marra é usada para expressar um rebaixamento em termos do valor *liberdade*. O xingamento de “lunático”, a falsa insinuação “tem um governador lá” e o claro adjetivo “autoritário” se compõem como formas de rebaixamento nesses termos, sugerindo ser o desrespeito a esse valor algo inconcebível e inadmissível.

O valor de suas próprias certezas e o ataque oportunista

O fato de a pandemia de Covid-19 representar um espaço de indefinições, especialmente em termos de conhecimento técnico-científico (SENTO-SÉ, 2020), criou um interessante

processo investigativo (DEWEY, 1938) para o qual compareceram rumores⁵⁰, *fake news* e disputas opinativas. Isso ofereceu a cada lado da disputa de marra (especialmente a Bolsonaro) a oportunidade de ataque contra o outro lado para *reforçar suas verdades*. De fundo, um conjunto de elementos da mitologia de Bolsonaro em torno do caráter representativo de suas certezas, que se tornariam verdades graças à, como já vimos, sua firmeza. Por outro lado, nas respostas dos governadores, essa proposta de correção absoluta encontra como contra-ataque a ideia de que suas críticas são oportunistas, eleitoreiras ou interesseiras. No horizonte, a ideia de que a posição adotada por si é a mais correta não importa qual seja e deve ser defendida com unhas e dentes acabou com coordenar conteúdo com forma, já que o *coerentismo* é uma marca de fundo do moralismo ostentatório. Vejamos alguns exemplos eloquentes de provocações:

158

— Então o que parece que está acontecendo é uma questão política, tentando quebrar a economia, para atingir o governo. É isso que parece que está acontecendo. E essa medida agora que o Fabio Wanjgarten falou aqui sobre São Paulo, ameaça de ‘lockout’ [sic], ou seja, um apagão total, é inimaginável (MURAKAWA, 14/05/2020).

— Aos que torcem contra a hidroxicloroquina, mas não apresentam alternativas, lamento informar que estou muito bem com seu uso e, que graça de Deus, viverei ainda por muito tempo (CARVALHO, 08/07/2020).

50. Sobre como situações de radical indefinição sobre o estatuto de vida cotidiana dos atores implica um processo investigativo fortemente empreendido por meio de rumores, ver Menezes (2015).

E de respostas (DELGADO e GONÇALVES, 14/05/2020):

— O presidente Jair Bolsonaro despreza vidas. Ele prefere fazer comícios, andar de jet-ski, treinar tiros e fazer churrasco. Enquanto isso, milhares de brasileiros estão morrendo todos os dias. Acorde para a realidade, presidente Bolsonaro. Saia da bolha de ódio e comece a ser um líder, se for capaz (Doria).

— Não administro o Estado pelas redes sociais. Não tenho medo de milícia digital que propaga a mentira e o ódio. Trabalho para salvar vidas. Nem tentem me intimidar. Medo não faz parte do meu dicionário (Rui Costa, governador da Bahia, do PT).

O inimigo comunista e o capitalismo ameaçado (na forma do emprego)

A oposição entre direita e esquerda⁵¹ é desde sempre uma das principais variáveis do governo Bolsonaro. Pode-se dizer que sempre foi uma das variáveis do Brasil, notadamente a partir do momento em que a esquerda se tornou efetivamente viável eleitoralmente no país, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência, em 2002. Mas essa dicotomia, no caso atual, tornou-se constitutiva do próprio processo que levou Jair Bolsonaro ao poder. De fato, desde as manifestações de

51. O fato de eu ter escolhido como caso paradigmático um conjunto de episódios iniciados por Jair Bolsonaro pode sugerir que esse tipo de postura seja apanágio da direita — que performaria o moralismo ao sublinhar pautas “de costumes” ou “de valores”, enquanto a esquerda estaria centrada na “luta pela igualdade”. Mas é importante apontar que a pesquisa que venho empreendendo mostra comportamento semelhante por parte da esquerda, que igualmente adota uma postura moralista ostentatória — por exemplo, a de Dino. E conquanto eu pessoalmente tenha uma postura pessoal de esquerda, não posso me furtar a expor essa mobilização como pesquisador. Uma exploração de material a esse respeito, entretanto, ultrapassaria os limites deste trabalho. Não obstante, como chama bem atenção Heinich (2014, p. 284), ao falar das dificuldades de se fazer uma sociologia dos valores, soma-se a essa dificuldade “a tendência, recente no mundo político, de empregar o termo ‘valores’ apenas com referência aos partidos de direita — de forma que, por exemplo, a expressão ‘defesa dos valores’ remete de imediato aos valores tradicionais, familiares e religiosos. Eis uma razão axiológica que, em um mundo intelectual preferencialmente de esquerda, pouco contribui para que seja levada a sério a problemática axiológica como objeto de investigação sociológica”. É preciso sublinhar que para se fazer uma sociologia da moral, é preciso levar a sério os valores como variável sociológica e adotar uma postura verdadeiramente compreensiva, analisando-se os valores como produtos sociais dos agenciamentos dos atores ao mesmo tempo que como fundamentos mobilizados por esses mesmos atores para dar conta do que fazem.

2013, essa tensão se apossou do país⁵². O mais relevante, entretanto, é que um *antipetismo* e mesmo um antiesquerdismo desempenharam papéis importantes na construção do “mito” Bolsonaro e se articulam em sua gestão. E diferentemente de uma modalidade “diplomática” dessa dicotomia, exercitada nos anos precedentes na grande política, especialmente entre PT e PSDB e os demais partidos competitivos eleitoralmente, a inadmissão do outro lado sempre foi praticamente retórica. Agora, a retórica é a inadmissão do outro lado de forma efetiva: Bolsonaro diz recorrentemente que a esquerda precisa acabar, que seus integrantes precisam ser presos ou expulsos do país e que medidas progressistas precisam ser banidas das ações governamentais. Assim, vê-se uma curiosa montagem entre uma anacrônica lógica da guerra fria e da ditadura militar — a luta anticomunista, com o “comunismo” representado por países (inicialmente Cuba e Venezuela, parâmetros nos quais o Brasil não poderia se transformar), partidos (o PT, o PCdoB e o PSOL especialmente) e personagens humanos ou institucionais em discordância pura e simples (seriam comunistas a imprensa em geral, especialmente a Rede Globo e o jornal *Folha de S. Paulo*, ou o presidente eleito dos EUA Joe Biden, entre outros personagens notadamente liberais, apenas porque representam posições distintas às pregadas pelo bolsonarismo). E na continuidade desse movimento, a hegemonia das ações econômicas versus as profiláticas tornou-se um capítulo à parte — enormemente explorado por vários autores; ver, por exemplo, nesta mesma seção, os textos de Cantu (2020), Pessanha e Rodrigues (2020) e Cortado (2020), além de Motta e Onto (27/07/2020). E ambos os

161

52. Para uma síntese da discussão, inclusive uma revisão bibliográfica a respeito, ver Werneck (2019).

movimentos foram recorrentes nas disputas de marra entre nossos oponentes:

— Pergunte ao senhor João Doria e a o senhor [*Bruno*] Covas [*prefeito de São Paulo*] por que tomaram medidas tão restritivas que eliminaram mais de um milhão de empregos em São Paulo e continua morrendo gente. Eles têm que responder, vocês não vão botar no meu colo essa conta (ANDRADE, 29/04/2020).

162

— Um homem [*Doria*] está decidindo o futuro de São Paulo, está decidindo o futuro da economia do Brasil. Os senhores [*empresários*], com todo o respeito, têm que chamar o governador e jogar pesado, jogar pesado, porque a questão é séria, é guerra. É o Brasil que está em jogo (MURAKAWA, 14/05/2020).

E um comunista responde:

— Se a crise econômica fosse causada pelos governadores, por que ela existe em outros países? Quem está causando a grave crise econômica é o coronavírus. Incrível que Bolsonaro finja ignorar isso. E a responsabilidade da gestão econômica é dele. *Se não sabe o que fazer, renuncie* (Dino).

Aqui, os exemplos falam por si próprios. Dino, governador de esquerda, sobre o qual recai, como sobre Doria, personagem mais atacado por Bolsonaro, a insinuação de responsabilidade pela crise econômica, rebate com outra acusação, incompetência, mas não pura e simples. Ela *precisa* vir como uma tirada: “Se não sabe fazer...”

Conclusão: a força no verbo e a violentização da retórica política

Os dois polos da disputa de marra a operarem o moralismo ostentatório aqui analisado se concentram cada um em uma forma de ataque. Parece que entre o convite de Bolsonaro para a dança e a entrada dos governadores em uma disputa de marra com o presidente duas diferentes lógicas morais se implementam, configurando dois diferentes regimes.

De um lado, Bolsonaro performa o que poderia ser chamado de um *regime da guerra santa*: em nome de suas pautas, se *justificaria* todo ataque ao inimigo, um inimigo que ataca inicialmente em ações independentes, que com suas tiradas ele denunciaria, mas que também contra-ataca ameaçando sua cruzada moral (eu diria moralista) de partida. Mas Bolsonaro, embora performe (conscientemente) muitas vezes a figura do déspota tresloucado, precisa operar aqui com pretensões cívicas: ele busca sua potência, a energia de sua força verbal, no fato de ter *seguidores*, de ter sido eleito e ser representante de seu eleitorado conservador. E na ideia de que esse eleitorado, ao representar, em sua cabeça, a “verdadeira essência do brasileiro”, ampliaria o alcance dessa representatividade no plano de suas certezas.

De outro lado, os governadores performam algo que pode ser chamado de *regime de descompostura*: ao serem chamados para bater boca por Bolsonaro, que com isso rompe a liturgia de seu cargo para fazer papel de valentão de botequim com suas provocações, “respondem na mesma moeda”, mas ao mesmo tempo propondo uma posição moral superior, em que “passam uma descompostura” no presidente. As acusações de “triste”, “lamentável”, “inconcebível”, “não cabe na boca de um presidente” etc. são marcas

desse movimento. Evidentemente, a pretensão aqui também é cívica: os governadores, ao descerem de seu pedestal para aceitar o convite de disputa de marra com Bolsonaro, buscam desculpar essa saída circunstancial com a necessidade de recolocar o governo da situação nos eixos — afinal, essa é a crítica subjacente a Bolsonaro, o *desgoverno*⁵³.

164 Esses dois regimes explicitam um movimento em que, como disse, a graça faz as vezes de força, uma força na modalidade verbal. E se, como disse, força, para os atores, é diferença de força, o que se manifesta aqui é que, com a graça, se ensaia uma agressividade verbal que metonimiza a potência, sugerindo algo como “minha fala é mais esperta, ela ‘causa’/‘lacrta’ mais, repercute mais como tirada, e isso me torna o mais forte nesse conflito, porque como o que digo vira verdade transitória, o efeito é de pé na porta”⁵⁴. A partir desse ponto, esse uso da graça como força, então, se encaminha para o que eu, Teixeira e Talone (2020) chamamos de *violentização*, o processo segundo o qual se define uma situação de mobilização de uma diferença *notável* de forças — isto é, que os atores percebem como tal, como diferença, que chama atenção deles⁵⁵ — como uma situação de violência, o que ocorre segundo diferentes perspectivas dos atores sobre o que seja violência ou não e que caracterizamos como

53. Sobre isso, ver o importante texto de Rafael Mantovani (14/11/2020).

54. Evidentemente, em virtude da dinâmica atual de medida de grandeza em termos do renome traduzida como repercussão nas redes sociais, isso adquire uma feição objetiva e de marketing político: trata-se da mobilização da militância, da repercussão na rede, da conquista de seguidores, de compartilhamento de posts, de *retweets*, de cliques etc.

55. Em um registro pragmático, chamaríamos de uma diferença efetiva, capaz de produzir efeitos.

teorias sobre a vida social, sociologias “nativas” da violência. É assim porque parece haver, como disse antes, uma compreensão tácita de que em pleno mandato, fora de campanhas eleitorais, políticos obedecem a uma ritualística que, mesmo que crítica, não parte para a mobilização de força, estando sempre no registro da justificação. Em determinadas ocasiões, entretanto, a “violência” parece ser tolerada e performada.

O moralismo ostentatório governamental, então, se impõe, por meio da *guerra santa* e da *descompostura*, como uma forma violentizada de gerir a política, entendida em um polo como violência na forma de um recurso necessário (configurando-se uma visão praxiológica da mesma), em outro como violência corretiva (configurando-se uma visão política da mesma, segundo a qual ela seria *coerção*). Nesse diapasão, a pandemia, por suas características existenciais amplas, isto é, com a morte como variável das políticas públicas, ofereceu aos contendores um terreno para a violentização e para o moralismo: de lado a lado, os valores inarredáveis entraram em jogo apresentados e performados como... valores inarredáveis. Se Bolsonaro direcionou todos os mísseis para os inimigos em defesa das liberdades individuais, da priorização da economia (como esfera da sobrevivência) e de seu próprio lugar como ponto de certezas, os governadores aceitaram os motes e, em um concerto moralista, contra-atacaram em favor de sua legitimidade decisória, das medidas profiláticas de cada um e, especialmente, de haver medidas emergenciais de monta (o que acusaram o tempo todo o governo federal de não oferecer) — em síntese, contra o *desgoverno*. O digno de nota, no entanto, é que isso tenha sido feito por meio da ostentação moralista, da performance pública de suas intransigências: com isso,

os dois lados convocaram a população a entender o outro como alguém com que não se pode transigir, alguém que não merece outra reação senão a intervenção sobre a agência, a punição.

Como equação moral *na política*, no entanto, o moralismo ostentatório é um sistema de ovo e galinha: inicialmente, faz pouco sentido pensar se a ostentação está à serviço do moralismo ou se a defesa intransigente de uma moral está a serviço da performance ou mesmo da possibilidade de se vencer uma disputa na base da força, não importa que conteúdo se explore; tampouco se os valores de base buscam *desculpar* (WERNECK, 2012) a violentização ostentatória ou se esta é sua sincera campeã. É provável que essa seja uma composição peculiar cujos elementos funcionam apenas conjuntamente em sua totalidade, efetivando um ao outro. O que resta inegável a respeito desse fenômeno é justamente seu caráter de iceberg: ele é a ponta de um processo de radicalização das pessoas em torno de quadros valorativos que parece buscar tornar essencializados, intrínsecos aos seres, os resultados de processos avaliativos fundamentalmente construídos por práticas sociais.

Referências

- AUSTIN, John L. "A Plea for Excuses: The Presidential Address". **Proceedings of the Aristotelian Society**, New Series, vol. 57, pp. 1-30, 1956-1957.
- BOLTANSKI, Luc. **L'amour et la justice comme compétences**. Paris: Métailié, 1990.
- _____. **Conversação pessoal**. Videochamada Rio de Janeiro/Paris, novembro de 2020.
- _____; THÉVENOT, Laurent. **Les économies de la grandeur**: Cahiers du Centre d'Études de l'Emploi, 31. Paris: PUF, 1987.
- _____; THÉVENOT, Laurent. **A justificação**: Sobre as economias da grandeza. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2020[1991].
- _____; THÉVENOT, Laurent. "The Sociology of Critical Capacity". **European Journal of Social Theory**, vol. 2, no 3, 1999, pp. 359-377.
- BROSSAT, Alain. **Tous coupat, tous coupables**: Le moralisme anti-violence. Fécamp (FR): Lignes, 2009.
- CANTU, Rodrigo. "A pandemia, os economistas e o fim do neoliberalismo no Brasil". **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Reflexões na Pandemia (seção excepcional), 2020. Disponível. (on-line) em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-10>
- COADY, C. A. J (org). **What's Wrong with Moralism?** Hoboken (EUA): Wiley-Blackwell, 2006.
- CORTADO, Thomas. "'Tem de enfrentar a chuva': Casa, vida e mobilidade entre camadas populares brasileiras". **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Reflexões na Pandemia (seção excepcional), 2020. Disponível (on-line) em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-37>

- DEWEY, John. **Logic: The Theory of Inquiry**. Nova York: Henry Holt, 1938.
- DOMENACH, Jean-Marie. **Une morale sans moralisme**. Paris: Flammarion, 1992.
- DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Edipro, 2016[1893].
- _____. **A educação moral**. São Paulo: Edipro, 2018[1902-1903].
- ENGBERG-PEDERSEN, Anders. **Empire of Chance: The Napoleonic Wars and the Disorder of Things**. Cambridge (EUA): Harvard University Press, 2015.
- FREIRE, Jussara. “Agir no regime de desumanização: Esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro”. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol. 3, no 10, pp. 119-142, 2011.
- _____. “As linguagens da ‘violência urbana’ e da ‘cidadania’ na cidade do Rio de Janeiro: Tensões e disputas em torno das ‘justas atribuições’ do Estado”. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol. 7, no 1, pp. 73-94, 2014.
- _____; TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. “Humanidade disputada: Sobre as (des)qualificações dos seres no contexto de ‘violência urbana’ do Rio de Janeiro”. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, vol. 6, no 1, pp. 58-85, 2016.
- HAIDT, Jonathan. “The Emotional Dog and Its Rational Tail: A Social Intuitionist Approach to Moral Judgement”. **Psychological Review**, no 108, pp. 814-834, 2001.
- HEINICH, Nathalie. “A sociologia à prova dos valores”. **Revista de Ciências Sociais**, no 40, pp. 279-309, 2014[2006].
- HERZFELD, Michael. “Irony and Power: Towards a Politics of Mockery in Greece”. In: FERNANDEZ, James W.; HUBER, Mary Taylor (orgs). **Irony in Action: Anthropology, Practice**

and the Moral Imagination. Chicago: The University of Chicago Press, 2001, pp. 63-83.

KANT DE LIMA, Roberto. **Legal Theory and Judicial Practice: Paradoxes of Police Work in Rio de Janeiro City**. Tese (PhD), Departamento de Antropologia, Harvard University Michigan, 1986.

_____. “Cultura jurídica e práticas policiais: A tradição inquisitorial”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 10, no 4, pp. 65-84, 1989.

_____. “Entre as leis e as normas: Éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal”. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol. 6, no 4, pp. 549-580, 2013.

_____; MOUZINHO, Glaucia Maria Pontes. “Produção e reprodução da tradição inquisitorial no Brasil: Entre delações e confissões premiadas”. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol. 9, no 3, pp. 505-529, 2016.

169

KNORR-CETINA, Karin. “Introduction: The Micro-Sociological Challenge of Macro-Sociology: Towards a Reconstruction of Social Theory and Methodology”. *In*: KNORR-CETINA, Karin; CICOUREL, Aaron V. (orgs). **Advances in Social Theory and Methodology: Toward an Integration of Micro and Macro-Sociologies**. Londres: Routledge, 1981, pp. 1-47.

LEMIEUX, Cyril. **La sociologie pragmatique**. Paris: La Découverte, 2018.

MANTOVANI, Rafael. “Podemos falar de um ‘desgoverno Bolsonaro’?”. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Pandemia, 14 de novembro de 2020. Disponível (on-line) em: <https://diplomatique.org.br/podemos-falar-de-um-desgoverno-bolsonaro/>

MENEZES, Palloma V. **Entre o “fogo cruzado” e o “campo minado”**: Uma etnografia do processo de “pacificação” de favelas cariocas. Tese (doutorado), Iesp, Uerj, 2015.

MISSE, Michel. “Cinco teses equivocadas sobre a criminalidade urbana no Brasil”. **Série Estudos**, no 91, pp. 23-40, 1995.

_____. **Malandros, marginais e vagabundos: A acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese (doutorado), IUPERJ, 1999.

_____. “Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro”. **Civitas**, vol. 8, no 3, pp. 371-385, 2008.

_____; WERNECK, Alexandre. “O interesse no conflito”. In: MISSE, Michel; WERNECK, Alexandre (orgs). **Conflitos de (grande) interesse: Estudos sobre crimes, violências e outras disputas conflituosas**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, pp. 7-25.

MOTTA, Eugênia; ONTO, Gustavo. “O tempo da crise e a moral do dinheiro: O que legitima o gasto público durante a pandemia?” **Revista Rosa**, no 1, série 3, 27 de julho de 2020. Disponível (on-line) em: <http://revistarosa.com/1/o-tempo-da-crise-e-a-moral-do-dinheiro>

170

NIELSEN, Morten. “Comedic Lies as Transitory Truths”. **Anthropology News**, 1o de abril de 2019. Disponível (on-line) em: <http://www.anthropology-news.org/index.php/2019/04/01/comedic-lies-as-transitory-truths>

PESSANHA, Elina; RODRIGUES, Maria Cristina Paulo. “No olho do furacão: A ação sindical possível em tempos de Covid-19 – O caso Sinttel-Rio”. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Reflexões na Pandemia (seção excepcional), 2020. Disponível. (on-line) em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-12>

SCOTT, Marvin B.; LYMAN, Stanford M. “Accounts”. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, vol.1, no 2, pp. 139-172, 2008[1968].

SENTO-SÉ, João Trajano. “As virtudes do sistema e a indigência da ignorância”. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e**

- Controle Social**, Reflexões na Pandemia (seção excepcional), 2020. Disponível. (on-line) em: <https://www.reflexpandemia.org/texto-9>
- STARK, David. **The Sense of Dissonance: Accounts of Worth in Economic Life**. Princeton: Princeton University Press, 2009.
- TAYLOR, Craig. **Moralism: A Study of a Vice**. Durham (RU): Acumen, 2012.
- T'HART, Marjolein; BOS, Dennis (orgs). **Humour and Social Protest**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- THÉVENOT, Laurent. **L'action au pluriel: Sociologie des régimes d'engagement**. Paris: La Découverte, 2006.
- TEIXEIRA, Cesar Pinheiro. **A construção social do "ex-bandido": Um estudo sobre sujeição criminal e pentecostalismo**. Rio de Janeiro, 7Letras. 2011.
- _____. **A teia do bandido: Um estudo sociológico sobre bandidos, policiais, evangélicos e agentes sociais**. Tese (doutorado), PPGSA, UFRJ, 2013.
- THOMAS, William I. **Unadjusted Girl: With Cases and Standpoint for Behavior Analysis**. Nova York: Harper and Row, 1966[1923].
- THUDEROZ, Christian. **Qu'est-ce que négocié? Sociologie du compromis et de l'action reciproque**. Rennes: PU Rennes, 2010.
- TILLY, Charles. **Contentious Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- TRNKA, Susanna; REHAK, Jana Kopelent. **The Politics of Joking: Anthropological Engagements**. Londres: Routledge, 2018.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. "Casa grande e terra grande, sertões e senzala: A sedução das origens". In: KOMINSKY, Ethel Volfon; LÉPINE, Claude; PEIXOTO, Fernanda Arêas (orgs).

Gilberto Freyre em quatro tempos. São Paulo/Florianópolis: Editora Unesp/Edusc, 2003, pp. 115-134.

WERNECK, Alexandre. **A desculpa:** As circunstâncias e a moral das relações sociais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. “Sociologia da moral, agência social e criatividade”. *In:* WERNECK, Alexandre; CARDOSO DE OLIVEIRA, Luis Roberto (orgs). **Pensando bem:** Estudos de sociologia e antropologia da moral. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2014, pp. 21-43.

_____. “Dar uma zoadá, ‘botar a maior marra’: Dispositivos morais de jocosidade como formas de efetivação e sua relação com a crítica”. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, vol. 58, no 1, pp. 187-221, 2015.

_____. “Uma sociologia da compreensão a partir do par crítica e jocosidade”. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, vol. 16, no 3, pp. 482-503, 2016.

172

_____. “Sobre a cité hedonista: Uma ordem de grandeza baseada no prazer e na alegria”. *In:* CORRÊA, Diogo Silva; CHARTAIN, Laura; CANTU, Rodrigo; LEAL, Sayonara (orgs). **Crítica e pragmatismo na sociologia:** Diálogos entre Brasil e França. São Paulo: Annablume, 2018, pp. 89-116.

_____. “Política e ridicularização: Uma sociologia pragmática da ‘graça’ da crítica em cartazes das ‘Jornadas de Junho’”. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, vol. 21, no 3, pp. 611-653, 2019.

_____. “Obstáculos na ‘pista livre’: Algumas considerações sobre a pragmática dos dispositivos da ‘lei do trânsito’ no Rio de Janeiro”. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, no 50, pp. 327-355, 2020a.

_____. A força da graça, a graça da força: A crítica jocosa aos personagens da ‘violência urbana’ nas capas de um jornal po-

pular como ‘violentização’ da fala pública”. **Trabalho apresentado no VI Seminário Internacional Violência e Democracia: Em Comemoração aos 20 anos do Necvu-IFCS-UFRJ**, Rio de Janeiro, UFRJ, 2020b.

_____. “Graça em tempos de desgraça? A jocosidade como operador da crítica nos memes na pandemia”. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Reflexões na Pandemia (seção excepcional), 2020c. Disponível (on-line): <https://www.reflexpandemia.org/texto-2>

_____. “A parte e o todo: Uma reflexão sobre o estatuto do social a partir da frase ‘Se cada um fizer a sua parte...’”. In: WERNECK, Alexandre; ARAUJO, Marcella (orgs). **Reflexões na pandemia: Questões sociais, isoladas pela Covid-19**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2021a (no prelo).

_____. “Viral Jokes: Humour and Grace as Critical Devices in Memes about the Covid-19 Pandemic in Brazil”. In: MPOFU, Shepherd (org). **Ridicule and Humour in the Global South, Volume 2: Social Media, Laughter During the Covid-19 Pandemic**. Londres: Palgrave, 2021b (no prelo).

173

_____; LORETTI, Pricilla. “Critique-Form, Forms of Critique: The Different Dimensions of the Discourse of Discontent”. **Sociologia & Antropologia**, vol. 8, no 3, pp. 973-1008, 2018.

_____; TEIXEIRA, Cesar Pinheiro; TALONE, Vittorio da Gamma. “An Outline of a Pragmatic Sociology of ‘Violence’”. **Sociologias**, vol. 22, no 54, pp. 286-326, 2020.

WRIGHT MILLS, Charles. “Situated Actions and Vocabularies of Motive”. **American Sociological Review**, vol. 5, no 6, pp. 904-913, 1940.

Fontes da imprensa

- ANDRADE, Hanrrikson. “Um dia após ‘e daí?’, Bolsonaro culpa governadores: ‘conta não é minha’”. **UOL**, Coronavírus, 29 de abril de 2020. Disponível (on-line) em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/29/um-dia-apos-e-dai-bolsonaro-culpa-governadores-conta-nao-e-minha.htm>
- 174 BERTONI, Estevão. “Como Bolsonaro desautoriza seus ministros da Saúde: Presidente afirmou que não vai comprar vacina chinesa produzida em São Paulo, um dia depois de Eduardo Pazuello anunciar aquisição. Ex-ministros Nelson Teich e Luiz Henrique Mandetta também foram desautorizados”. **Nexo**, Expresso, 21 de outubro de 2020. Disponível (on-line) em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/10/21/Como-Bolsonaro-desautoriza-seus-ministros-da-Sa%C3%BAde>
- BRANT, Danielle; URIBE, Gustavo. “Governo Bolsonaro vincula mortes e casos de Covid a governadores adversários: Documento com ranking com dados de estados e municípios foi distribuído a base aliada”. **Folha de S. Paulo**, Cotidiano, 10 de agosto de 2020. Disponível (on-line) em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/08/governo-bolsonaro-vincula-mortes-e-casos-de-covid-a-governadores-adversarios.shtml>
- BRASIL 247. “Bolsonaro acusa Doria de aumentar impostos e ataca o governador do Maranhão: ‘tem que tirar o PCdoB de lá’”. **Brasil 247**, Poder, 27 de outubro de 2020. Disponível (on-line) em: <https://www.brasil247.com/poder/bolsonaro-acusa-doria-de-aumentar-impostos-e-ataca-governador-do-maranhao-tem-que-tirar-pcdob-de-la>
- BRITO, Allan; PEREIRA, Felipe; BRAGANÇA, Rafael. “Doria diz que Pazuello sofreu ‘humilhação’ e que Bolsonaro discrimina

China”. **UOL**, Coronavírus, 23 de outubro de 2020. Disponível (on-line) em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/10/23/doria-diz-que-pazuello-sofreu-humilhacao-e-que-bolsonaro-discrimina-china.htm>

CARAMURU, Pedro. “Bolsonaro: para mim, tem algo que é mais importante que a vida, a liberdade”. **UOL**, Cotidiano, 21 de maio de 2020. Disponível (on-line) em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/05/21/bolsonaro-para-mim-tem-algo-que-e-mais-importante-que-a-vida-a-liberdade.htm>

CARDOSO, Clarice. “Atacados por Bolsonaro, governadores acusam omissão e pedem ações”. **UOL**, Coronavírus, 30 de abril de 2020. Disponível (on-line) em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/30/teich-governador-coronavirus-estados-em-colapso.htm>

CARVALHO, Daniel. “Viverei ainda por muito tempo, diz Bolsonaro ao defender uso de remédio sem efeito comprovado: Em nova postagem nas redes sociais, presidente volta a fazer propaganda da hidroxicloroquina”. **Folha de S. Paulo**, Poder, 8 de julho de 2020. Disponível (on-line) em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/07/viverei-ainda-por-muito-tempo-diz-bolsonaro-ao-defender-uso-de-remedio-sem-efeito-comprovado.shtml>

DELGADO, Malu; GONÇALVES, Cristiane. “Governadores respondem a Bolsonaro e Doria contra-ataca: ‘Prefere andar de jet ski’: Minutos depois de a conversa do presidente com empresários vazar, o governador de São Paulo partiu para o contra-ataque. **Valor Econômico**, Política, 14 de maio de 2020. Disponível (on-line) em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/14/doria-responde-a-bolsonaro-prefere-andar-de-jet-ski-enquanto-brasileiros-esto-morrendo.ghtml>

DELLA COLETTA, Ricardo. “Bolsonaro chama Doria de ‘lunático’ por vacina; governador sugere a presidente que trabalhe: Presidente alega que estado só não quebrou por ajuda do governo federal”. **Folha de S. Paulo**, Saúde, 29 de outubro de 2020. Disponível (on-line) em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/em-nova-vestida-contradoria-bolsonaro-chama-tucano-de-lunatico-por-vacina-obrigatoria.shtml>

_____. “Bolsonaro diz que Doria é ‘autoritário’ e que pandemia no Brasil ‘está acabando’: Presidente dá sequência a série de críticas contra tucano, visto como potencial adversário em 2022”. **Folha de S. Paulo**, Saúde, 30 de outubro de 2020. Disponível (on-line) em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/10/bolsonaro-diz-que-doria-e-autoritario-e-que-pandemia-no-brasil-esta-acabando.shtml>

176

_____. “Ao responder sobre Coronavac, Bolsonaro afirma que ganhou de Doria: Em comentário na internet, presidente volta a criticar governador de São Paulo por ter defendido vacinação obrigatória”. **Folha de S. Paulo**, Saúde, 10 de novembro de 2020. Disponível (on-line) em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/11/mais-uma-que-jair-bolsonaro-ganha-diz-presidente-sobre-suspensao-de-testes-da-coronavac.shtml>

EXPRESSO PB. “Bolsonaro acusa Doria de querer ‘vacinar o pessoal na marra rapidinho’ em troca de prestígio: O presidente da República Jair Bolsonaro atacou o governador de São Paulo e o acusou de querer politizar a vacina”. **Expresso PB**, Política, 30 de outubro de 2020. Disponível (on-line) em: <https://www.expressopb.com.br/bolsonaro-acusa-doria-de-querer-vacinar-o-pessoal-na-marra-rapidinho-em-troca-de-prestigio/>

FERRO, Maurício. “Bolsonaro responsabiliza governadores por mortes da covid-19”. **Poder 360**, 29 de abril de 2020. Dispo-

nível (on-line) em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-responsabiliza-governadores-por-mortes-da-covid-19/>

GALVANI, Giovanna. “Saia da redoma de Brasília e venha visitar os hospitais de campanha”, diz Doria a Bolsonaro: Governador convidou presidente para visitar São Paulo, epicentro da epidemia no Brasil, e fez fortes críticas a falas recentes de Bolsonaro”. **Carta Capital**, Saúde, 29 de abril de 2020. Disponível (on-line) em: <https://www.cartacapital.com.br/saude/saia-da-redoma-de-brasilia-e-venha-visitar-os-hospitais-de-campanha-diz-doria-a-bolsonaro/>

GIULINO, Daniel. “Sem provas, Bolsonaro acusa estados de desviarem recursos do coronavírus: Presidente também voltou a colocar em dúvida estatísticas estaduais”. **O Globo**, Brasil, 30 de abril de 2020. Disponível (on-line) em: <https://oglobo.globo.com/brasil/sem-provas-bolsonaro-acusa-estados-de-desviarem-recursos-do-coronavirus-1-24402682>

177

HORA DO POVO. “Flávio Dino e João Doria rechaçam provocações de Bolsonaro”. **Hora do Povo**, Política, 28 de outubro de 2020. Disponível (on-line) em: <https://horadopovo.com.br/flavio-dino-e-joao-doria-rechacam-provacoes-de-bolsonaro/>

LIMA, Vanessa. “Povo quer liberdade e democracia”, afirma Bolsonaro após manifestação: Presidente disse que protesto do último domingo, na Esplanada dos Ministérios, foi ‘espontânea’ e despistou sobre possível troca na Educação”. **R7**, Brasil, 25 de maio de 2020. Disponível (on-line) em: <https://noticias.r7.com/brasil/povo-quer-liberdade-e-democracia-afirma-bolsonaro-apos-manifestacao-25052020>

LUZ, Sérgio Ruiz; GONÇALVES, Eduardo. “João Doria: ‘É triste ter um presidente assim’: Em entrevista exclusiva, o governa-

dor comenta pela primeira vez a polêmica da CoronaVac e critica a comemoração de Bolsonaro pela interrupção dos testes”. **Veja**, Política, 13 de novembro de 2020. Disponível (on-line) em: <https://veja.abril.com.br/politica/joao-doria-e-triste-ter-um-presidente-assim/>

MURAKAWA, Fabio. “Bolsonaro diz a empresários para ‘jogar pesado’ com governadores porque ‘é guerra’: A videoconferência, feita pelo aplicativo Zoom, acabou vazando para jornalistas, que puderam escutar a fala do presidente”. **Valor Econômico**, Política, 14 de maio de 2020. Disponível (on-line) em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/05/14/bolsonaro-diz-a-empresarios-que-preciso-partir-para-cima-de-governadores-porque-guerra.ghtml>

178

NOBLAT, Ricardo. “A guerra de Bolsonaro: Presidente quer fazer crer que o isolamento social, adotado em todo o mundo para conter a pandemia, é escolha, não imperativo”. **Veja**, Noblat, 30 de julho de 2020. Disponível (on-line) em: <https://veja.abril.com.br/blog/noblat/a-guerra-de-bolsonaro>

O GLOBO. “Coronavírus: Bolsonaro volta a minimizar pandemia e chama governadores de ‘exterminadores de emprego’: Presidente diz que os chefes do executivo estadual fantasiam a crise”. **O Globo**, Brasil, 22 de março de 2020. Disponível (on-line) em: <https://oglobo.globo.com/brasil/coronavirus-bolsonaro-volta-minimizar-pandemia-chama-governadores-de-exterminadores-de-emprego-24321885>

REDE BRASIL ATUAL. “Bolsonaro é criticado por recusar CoronaVac: ‘Vai matar os seus por birra’: Governadores criticaram a decisão do presidente. Flávio Dino classifica a medida como ‘guerra federativa’”. **Rede Brasil Atual**, Política, 21 de outubro de 2020. Disponível (on-line) em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2020/10/bolsonaro-vacina-chinesa-coronavac/>

RODRIGUES, Fernando. “Desembarque do governo Bolsonaro e salve sua biografia, diz Doria a Guedes”. **Poder360**, 30 de abril de 2020. Disponível (on-line) em: <https://www.poder360.com.br/governo/desembarque-do-governo-bolsonaro-e-salve-sua-biografia-diz-doria-a-guedes/>

SHALDERS, André. “Coronavírus: Governadores são principais rivais de Bolsonaro nas redes, diz levantamento”. **BBC News**, Brasil, 6 de abril de 2020. Disponível (on-line) em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52192736>

SOARES, Ingrid; FERNANDES, Augusto. “Em vez do coronavírus, Bolsonaro elege governadores como inimigo número um: Bolsonaro elege os administradores estaduais como inimigos e os responsabiliza pela paralisação da economia por seguirem as orientações da OMS. Para contestá-los, baixa decretos ampliando as atividades que podem voltar à normalidade”. **Correio Brasileiro**, Política, 17 de maio de 2020. Disponível (on-line) em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/05/17/interna_politica,855635/em-vez-do-coronavirus-bolsonaro-elege-governadores-como-inimigo-numer.shtml

179

UOL. “Bolsonaro nega vacina obrigatória e acusa Doria de ‘levar terror’ ao povo”. **UOL**, Política, 19 de outubro de 2020a. Disponível (on-line) em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/10/19/bolsonaro-nega-vacina-obrigatoria-e-acusa-doria-de-levar-terror-ao-povo.htm>

UOL. “Doria rebate Bolsonaro e diz que Brasil precisa de ‘paz, amor e vacina’”. **UOL**, Política, 19 de outubro de 2020b. Disponível (on-line) em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/10/19/doria-bolsonaro-vacina-coronavirus.htm>

SOUZA, Josias de. “Bolsonaro eleva tensão da guerra com governadores”. **UOL**, Josias de Souza, 15 de maio de 2020. Dis-

ponível (on-line) em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/josias-de-souza/2020/05/15/bolsonaro-eleva-tensao-da-guer-ra-com-governadores.htm>

VALOR ECONÔMICO. “Desejo que o Bolsonaro saia dessa como uma pessoa melhor”, diz Doria: Ao comentar o exame positivo do presidente para o coronavírus, governador de São Paulo reiterou a obrigação do uso de máscaras no Estado de São Paulo”. **Valor Econômico**, Política, 21 de outubro de 2020. Disponível (on-line) em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2020/07/08/desejo-que-o-bolsonaro-saia-dessa-como-uma-pessoa-melhor-diz-doria.ghtml>

Dados Internacionais para Catalogação na Publicação. (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Tempos sombrios [livro eletrônico] : reflexões sobre a
pandemia / organização Rafael Godoi, Eugênia Motta,
Fábio Mallart. -- São Paulo, SP : Editora Funilaria, 2022.
ePub

Vários autores.

ISBN 978-65-84735-05-7

1. COVID-19 – Pandemia 2. Pandemia – Aspectos
sociais 3. Reflexões I. Godoi, Rafael. II. Motta, Eugênia.
III. Mallart, Fábio.

22-121986

CDD- 362

Índices para catálogo sistemático:

1. COVID-19 : Pandemia : Desigualdades : Aspectos
socioeconômicos : Problemas sociais 362

Eliete Marques da Silva – Bibliotecária – CRB-8/9380